Atos do Executivo nº 2211053
Disponibilização: 12/08/2026
Publicação: 12/08/2026

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

SUBPREFEITURA VILA MARIANA
Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Rua José de Magalhães, 500, SUBPREFEITURA VILA MARIANA - Bairro Vila Clementino - São Paulo/SP - CEP 04026-090
Telefone:

Prefeitura do Município de São Paulo
Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais
Subprefeitura da Vila Mariana

Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz – CADES Regionais
Subprefeitura da Vila Mariana

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CADES-VM
Data: 11 de junho de 2026
Hora de início: 17h30
Local: Plataforma online Google Meet

Grupos de Trabalho (GTs): Atualização - **1. GT Arborização** – Lara Freitas, Carlo Corabi, Elisa Rocha e Adriana Fortes, Sylvia Mielnik, Maria Helena S. Godoy Natalia K., Luciana Giraldelli,. **1.1. Horta da Saúde** - Elza Kusaka e André Nakao. **2. GT Sustentabilidade-** Magda, Elisa, Lara**. 3. GT Comunicação -** Sylvia Mielnik. **4. GT Patrimônio -** Carlo Corabi e Cintia Padovan. **5. GT Saúde -** Nina Orlow, Silvia Berlink, Maria Helena S. Godoy. . **6. Outros Assuntos, 7. Informes.**

A reunião teve início às 17h30, sendo aberta pela Conselheira Maria Helena Sozzi de Godoy, que iniciou os trabalhos cumprimentando os presentes e informando sobre a necessidade de aprovação das atas anteriores para posterior publicação no Diário Oficial.
Em seguida passou a palavra a Conselheira Lara Freitas que fez a apresentação do Mapa Síntese da linha do tempo dos Projetos desenvolvidos pelo CADES VM de 2016 a 2026, reunindo informações de uma década, enfatizou a importância do Corredor Verde interligando o Parque Ibirapuera ao Parque da Aclimação, que está grafado no PLAMPAVEL (pagina 169), por indicação da Secretaria do Verde. Citou a importância do Corredor do ponto de vista social e sociocultural e a serie dos demais benefícios ambientais trazidos através dele para a região colaborando com a redução dos efeitos de ilhas de calor resultando em áreas mais frescas mais amenas para as pessoas promovendo vias agradáveis para caminhar, praticar esportes melhorando o bem estar e a saúde física e mental, colaborando dessa forma com a saúde pública além de fomentar os empregos verdes, então como os cuidadores do POT (Programa Operação Trabalho)

Na sequência, Lara Cristina Batista de Freitas passou à discussão acerca dos próximos passos necessários para a consolidação do Plantio Global 2026 que ocorrerá em 20 de setembro, explicou que nessa edição planeja-se trabalhar com escolas dentro do trecho do Corredor Verde Parque Ibirapuera /Parque Aclimação para que as Escolas também se tornem Refúgios Climáticos, melhorando as condições ambientais no entorno desses equipamentos de Educação permitindo que os estudantes tenham condições de pensar e aprender nesses espaços em cenários de extremos climatáticos, e ondas de calor.

Elisa Rocha destacou que após a realização da reunião institucional com a Diretoria Regional de Educação, deverão ser promovidos encontros específicos com as Direções das Unidades Escolares previamente identificadas, seguidos das respectivas visitas técnicas, ocasião em que serão avaliadas as características físicas dos terrenos, a existência de áreas disponíveis para incremento da cobertura vegetal, as condições das calçadas, dos espaços públicos adjacentes e as possibilidades de integração com o Corredor Verde em implantação, entre as Escolas que estão no perímetro do Corredor tem a EMEBS Hellen Keller é uma escola municipal bilingue que prevê o estudo de libras e de língua portuguesa como segunda opção. Ressaltou a importância da integração entre o CADES-VM e a Diretoria Regional de Educação, especialmente em função da implementação das ações previstas pelo Plano Municipal de Educação Ambiental – PMEA. Colocou que o servidor Eduardo, responsável pela temática de sustentabilidade junto à Diretoria Regional de Educação, acompanhou de forma significativa o processo de elaboração do referido Plano, sendo considerado interlocutor estratégico para contribuir com os debates desenvolvidos pelo Conselho. Nesse contexto, foi proposto a sua participação na próxima reunião objetivando apresentar o estágio atual das ações relacionadas à sustentabilidade nas Unidades Escolares, bem como ampliar o diálogo Institucional entre o Conselho e a Rede Pública de Ensino.

Foi ressaltado que a definição dos locais de intervenção deverá considerar critérios técnicos relacionados ao potencial de expansão da Infraestrutura Verde, à conectividade ecológica, à melhoria do microclima urbano, à ampliação da biodiversidade e o fortalecimento dos processos educativos desenvolvidos junto às Comunidades Escolares.

Foi enfatizado que essa aproximação permitirá alinhar as futuras intervenções ambientais às iniciativas já desenvolvidas pelas escolas, potencializando projetos de Educação Ambiental, arborização, implantação de Refúgios Climáticos e fortalecimento das ações pedagógicas voltadas às Mudanças Climáticas. Ressaltou-se que a construção coletiva entre Poder Público, Comunidade Escolar e Sociedade Civil representa elemento essencial para garantir maior efetividade das políticas públicas ambientais implementadas no território de Vila Mariana.

Que após a definição do local serão esclarecidos os procedimentos referentes à realização das futuras vistorias técnicas nas áreas que receberão as intervenções previstas. Destacou-se que essas atividades ocorrerão em campo e contarão prioritariamente com equipes técnicas da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, considerando a necessidade de avaliações específicas acerca das condições ambientais, do potencial de incremento arbóreo, da infraestrutura existente e da viabilidade técnica para implantação das ações. Esclareceu-se ainda que tais vistorias possuem caráter eminentemente técnico, razão pela qual demandam a participação também de técnicos de Áreas Verdes da Subprefeitura Vila Mariana.

Carlo Corabi sugeriu que nessa edição do Plantio Global seja utilizado o Indicie de Caminhabilidade para sabermos se essas ações estão proporcionando melhorias aos pedestres, sugeriu também que o Grupo de Observação de aves da UmaPaz esteja presente para sabermos se dentro do Corredor ou de suas proximidades há a existência de rota de migração de aves.

Adriana Benetti Fortes lembrou que independente da DRE (Delegacia Regional de Ensino) aprovar ou não qualquer ação que se faça nas Escolas essa deverá ser aprovada obrigatoriamente pelo Conselho da Escola.

Elisa Rocha comentou a fala do Carlo afirmando a importância de se fazer uma avaliação de espaço público no Corredor para sabermos se ele está sendo importante para a caminhabilidade, para a prática de esportes se esse espaço público está qualificado adequadamente, não só em termos de arborização mas na travessia de pedestre, iluminação, acessibilidade universal de todos os outros elementos para só assim enxergarmos as oportunidades de redesenho ecossistêmico desse espaço.

Lara Cristina Batista Freitas colocou a importância de temos como base de estudo e

aprofundamento o Guia de Corredor Verde que foi lançado pela SVMA sendo que a nossa missão é colocar os passos previstos do Guia no desenvolvimento de política públicas, citou o lançamento do Catálogo de SBN (Catalogo de Soluções Baseadas na Natureza) e lembrou a todos que todos esses Planos Verdes fazem parte do escopo de nossos trabalhos e que necessitamos sair dessa linguagem mais geral e nos debruçarmos numa mais especifica no território. Afirmou que esse é o grande exercício, o grande desafio de sempre localizar todas essas agendas, todas essas políticas públicas dentro do território de Vila Mariana.

Nina Orlow ressaltou a importância da comunicação e também das placas, da sinalização dentro do Corredor afirmou que os Planos foram altamente discutidos e são obrigação da Prefeitura coloca-los em prática. E afirmou que aí entra o papel do CADES e a Agenda 2030 em parceria com a PMSP contribuindo com a melhoria da qualidade de vida local

Foi igualmente sugerido o desenvolvimento de estratégias de comunicação capazes de ampliar o alcance das ações junto à população, incluindo a divulgação de mapas temáticos relativos ao Corredor Verde, ao Plantio Global e às futuras intervenções ambientais, permitindo maior compreensão territorial por parte dos moradores e fortalecendo o engajamento comunitário nas iniciativas conduzidas pelo Conselho.

Registrou-se a necessidade de iniciar, com devida antecedência, a mobilização das organizações parceiras que tradicionalmente participam das ações de plantio, dentre elas os grupos escoteiros, cuja articulação deverá ocorrer por intermédio das instâncias organizacionais competentes, respeitando seus fluxos Institucionais e possibilitando adequada programação logística das atividades previstas.

Na sequência dos debates, o Conselheiro Carlo Corabi apresentou questionamento referente à situação observada na Praça do Povo Húngaro, especialmente quanto à proliferação de caramujos identificada durante vistoria anteriormente realizada pelo Conselho. Destacou a necessidade de adoção de providências urgentes, considerando tratar-se de questão relacionada à Saúde Pública, enfatizando que a ausência de tratamento adequado favorece a rápida multiplicação da espécie e amplia significativamente os riscos ambientais e sanitários associados ao problema. Foi registrado que o tema permanecerá sob acompanhamento do Conselho, visando aos encaminhamentos pertinentes junto aos Órgãos competentes.

Concluída essa etapa da pauta, os debates passaram a concentrar-se na temática referente ao processo de construção do Plano Local de Ação Climática da Vila Mariana, considerado pelos Conselheiros uma das iniciativas estruturantes para o futuro do território. Inicialmente foi realizada contextualização histórica acerca das diversas tentativas desenvolvidas ao longo dos últimos anos para elaboração de um instrumento integrado de planejamento territorial, recordando-se que as primeiras discussões remontam ao período anterior à pandemia, quando já havia sido iniciada a construção participativa de um Plano de Bairro voltado à organização das políticas públicas locais.

Foi destacado que, apesar dos importantes avanços alcançados à época, o processo não pôde ser integralmente desenvolvido em razão da insuficiência de recursos humanos, financeiros e institucionais necessários à consolidação de um amplo processo participativo. Posteriormente, novas iniciativas foram retomadas com enfoque específico na adaptação climática e na construção de uma visão sistêmica do território, sendo elaboradas diretrizes e materiais técnicos que permanecem como importantes referências para o trabalho atualmente desenvolvido pelo Conselho.

Os participantes ressaltaram que a construção de um Plano Local de Ação Climática transcende a elaboração de um documento técnico, constituindo-se em instrumento permanente de articulação entre Sociedade Civil, Poder Público, Universidades, Instituições de pesquisa e diferentes Secretarias Municipais, permitindo integrar projetos dispersos, consolidar diagnósticos territoriais, identificar vulnerabilidades socioambientais e orientar investimentos

públicos de forma mais eficiente.

Foi enfatizado que a Vila Mariana apresenta vulnerabilidades complexas, muitas vezes invisibilizadas, abrangendo não apenas áreas socialmente vulneráveis, mas também populações idosas, trabalhadores, usuários do sistema de transporte, áreas sujeitas à formação de ilhas de calor, regiões carentes de infraestrutura verde e setores do território expostos aos efeitos crescentes das Mudanças Climáticas, exigindo planejamento integrado e permanente.

Diante desse cenário, ressaltou-se que o Plano Local representa instrumento estratégico para fortalecer a capacidade adaptativa do território, ampliar a resiliência urbana e consolidar políticas públicas capazes de enfrentar os desafios ambientais que vêm se intensificando em toda a cidade de São Paulo.

Dando prosseguimento ao tema, foi informado que, desde o ano de 2024, o CADES-VM e diversas Instituições parceiras vêm empreendendo esforços permanentes para viabilizar a elaboração do Plano Local de Ação Climática da Vila Mariana, iniciativa posteriormente mantida durante o exercício de 2025 e novamente incorporada às prioridades de 2026. Ressaltou-se que, ao longo desse período, foram realizadas reuniões periódicas com representantes da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e, mais recentemente, também com representantes da Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas, buscando estruturar uma agenda de cooperação Institucional capaz de viabilizar tecnicamente a elaboração do Plano.

Foi esclarecido que uma das principais dificuldades encontradas permanece relacionada à insuficiência de recursos necessários para conduzir um processo participativo abrangente, capaz de contemplar diagnósticos territoriais, oficinas comunitárias, produção de estudos técnicos, sistematização de informações e construção coletiva das estratégias de adaptação climática. Os participantes observaram que, embora exista consenso acerca da relevância do Plano, persistem limitações Institucionais que dificultam sua efetiva implementação, exigindo contínua articulação entre Sociedade Civil e Poder Público.

Nesse contexto, foi informado que, durante reunião recente do Conselho Participativo Municipal – CPM, representantes da Secretaria do Verde apresentaram atualização sobre a capacidade institucional atualmente disponível para apoiar a elaboração do Plano Local de Ação Climática. Todavia, registrou-se preocupação quanto ao fato de que esse apoio, embora relevante sob o ponto de vista técnico, mostra-se insuficiente para atender às necessidades integrais do processo de elaboração, uma vez que não contempla os recursos financeiros indispensáveis para execução das diversas etapas previstas.

Em continuidade, foi amplamente debatida a experiência acumulada pelo Conselho no âmbito do Orçamento Cidadão. Os participantes destacaram que diversas propostas ambientais aprovadas no processo participativo obtiveram parecer técnico favorável por parte da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, entretanto deixaram de receber os recursos financeiros necessários para sua implementação em razão de limitações verificadas nas análises conduzidas pela Coordenação de Projetos e Obras da Subprefeitura Vila Mariana

Foi ressaltado que essa situação produziu importante aprendizado Institucional, demonstrando que o apoio técnico isolado, embora imprescindível, não assegura a concretização das Políticas Públicas quando desacompanhado da correspondente previsão orçamentária. Nesse sentido, observou-se que Projetos considerados estratégicos para o território, dentre eles o próprio Plano Local de Ação Climática, iniciativas relacionadas ao Programa Espaço Árvore e propostas voltadas à ampliação das Soluções Baseadas na Natureza na Bacia do Córrego Uberaba, permaneceram limitados pela ausência dos recursos financeiros necessários à sua efetiva implantação, negados pela Subprefeitura Vila Mariana.

Durante os debates, diversos Conselheiros manifestaram preocupação quanto ao funcionamento do Orçamento Cidadão, especialmente no que se refere à percepção da população acerca das propostas aprovadas pelo Conselho Participativo Municipal. Foi esclarecido que a aprovação

pelo CPM constitui etapa de indicação para análise técnica e financeira pelas Secretarias competentes, não representando, por si só, garantia de execução da proposta. Destacou-se que, após essa fase, cada Secretaria realiza avaliação própria de viabilidade técnica e disponibilidade orçamentária, circunstância que pode resultar na aprovação parcial ou mesmo na não implementação dos projetos inicialmente priorizados pela Sociedade Civil.

Ficou registrado que tal dinâmica evidencia a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, transparência e comunicação institucional, permitindo que os cidadãos compreendam com maior clareza as etapas posteriores à aprovação das propostas e os critérios empregados durante as análises técnicas e financeiras.

Na sequência, ressaltou-se que a elaboração de Planos Locais de Ação Climática constitui necessidade amplamente reconhecida em diferentes escalas de governo, sendo considerada elemento essencial para o fortalecimento da resiliência urbana diante dos desafios impostos pelas Mudanças Climáticas. Os participantes destacaram que a ausência de planejamento integrado compromete significativamente a capacidade de resposta dos territórios frente aos eventos climáticos extremos, tornando indispensável a construção de instrumentos permanentes de gestão territorial.

Foi observado que os sucessivos episódios de chuvas intensas, ondas de calor, queda de árvores, alagamentos e demais eventos climáticos registrados na cidade evidenciam a reduzida capacidade adaptativa atualmente existente. Nesse contexto, enfatizou-se que o fortalecimento do planejamento territorial representa medida prioritária para ampliar a eficiência da aplicação dos recursos públicos e direcionar investimentos às áreas de maior vulnerabilidade socioambiental.

Destacou-se que a produção colaborativa de dados pela população pode contribuir significativamente para a construção de diagnósticos territoriais mais precisos, permitindo maior agilidade na identificação de problemas ambientais, na definição de prioridades de intervenção e na formulação de políticas públicas baseadas em evidências.

Os participantes observaram que o desenvolvimento de uma base territorial consistente de informações constitui elemento indispensável para subsidiar a tomada de decisões, permitindo antecipar problemas, identificar vulnerabilidades e orientar investimentos públicos de maneira mais eficiente, transparente e integrada.

Na sequência, foi informado que, diante das limitações verificadas na obtenção de Recursos Públicos, o grupo responsável pela construção do Plano Local de Ação Climática está buscando alternativas complementares de financiamento. Registrou-se que novas oportunidades de apoio foram obtidas, possibilitando o início de atividades voltadas à mobilização da Sociedade Civil e à construção das bases metodológicas do futuro Plano.

Nesse contexto, foi comunicada a realização de uma primeira atividade pública prevista para o mês de agosto, destinada à sensibilização da comunidade local acerca da importância do planejamento climático participativo, bem como ao fortalecimento das capacidades locais necessárias à elaboração do Plano. Informou-se, igualmente, a previsão de uma segunda etapa de trabalho posteriormente, destinada à consolidação de um Grupo Local de Trabalho voltado exclusivamente ao desenvolvimento das ações climáticas do território.

Os Conselheiros ressaltaram que, mesmo diante das dificuldades Institucionais atualmente enfrentadas, permanece inalterado o compromisso do Grupo com a continuidade do processo de construção do Plano Local de Ação Climática, entendendo que a adaptação às Mudanças Climáticas não constitui opção, mas necessidade urgente para garantia da qualidade ambiental, da proteção da população e da sustentabilidade do território.

Durante os debates, o Conselheiro Carlo Corabi apresentou importante reflexão acerca dos mecanismos disponíveis à Sociedade Civil para contestar decisões técnicas que eventualmente

impeçam a implementação de projetos considerados prioritários para o território. Destacou que propostas amplamente discutidas, aprovadas pelos Conselhos Participativos e respaldadas por especialistas podem, em determinadas circunstâncias, deixar de ser executadas em razão de avaliações técnicas desfavoráveis, ressaltando a importância de conferir maior transparência aos critérios adotados durante esses processos decisórios.

Em resposta, foi enfatizado que a atuação histórica do CADES-VM sempre privilegiou o diálogo Institucional, a produção de conhecimento técnico e o fortalecimento das capacidades da Administração Pública, buscando contribuir para o aprimoramento permanente das políticas públicas ambientais. Ressaltou-se que diversas iniciativas anteriormente desenvolvidas pelo Conselho, dentre elas cursos de formação voltados aos servidores públicos nas áreas de Soluções Baseadas na Natureza e Jardins de Chuva, demonstram o compromisso da Sociedade Civil em colaborar com o aperfeiçoamento técnico da Gestão Pública.

Foi igualmente registrado que o Conselho compreende como prioritária a construção de soluções colaborativas, baseadas no diálogo permanente, no compartilhamento de informações qualificadas e na produção conjunta de conhecimento técnico. Todavia, observou-se que, sempre que os mecanismos institucionais de diálogo se mostrarem insuficientes para proteção do interesse público e do patrimônio ambiental, caberá à Sociedade Civil avaliar outros instrumentos legalmente disponíveis para assegurar a adequada defesa do território e das políticas públicas ambientais.

Ao final dessa etapa da reunião, reafirmou-se que a Adaptação Climática representa compromisso permanente do CADES-VM, sendo responsabilidade compartilhada entre Poder Público, Sociedade Civil, Universidades e demais Instituições parceiras, exigindo continuidade das articulações Interinstitucionais e permanente mobilização dos diversos atores envolvidos na construção de um território mais resiliente, sustentável e preparado para enfrentar os desafios decorrentes das Mudanças Climáticas.

Na sequência, passou-se ao último tema constante da pauta, referente ao posicionamento do CADES-VM acerca do Projeto do Túnel Sena Madureira, assunto que vem sendo acompanhado pelo Conselho desde gestões anteriores em razão dos potenciais impactos ambientais, urbanísticos, climáticos e sociais decorrentes de sua eventual implantação.

Inicialmente, foi realizada contextualização histórica do empreendimento, destacando-se que o projeto teve origem há aproximadamente duas décadas, em momento bastante distinto da realidade atualmente vivenciada pela Cidade de São Paulo. Ressaltou-se que sua concepção ocorreu anteriormente à consolidação das atuais Políticas Públicas relacionadas à Mobilidade Sustentável, às Mudanças Climáticas, à Infraestrutura Verde, às Soluções Baseadas na Natureza e aos instrumentos de planejamento ambiental atualmente incorporados às diretrizes municipais.

Foi observado que, ao longo desse período, ocorreram profundas transformações na dinâmica urbana da cidade, incluindo a expansão da rede metroferroviária, a implantação de corredores de transporte coletivo, a ampliação da infraestrutura cicloviária, o fortalecimento das políticas voltadas à caminhabilidade e a crescente necessidade de redução das emissões provenientes do transporte motorizado individual. Diante desse novo contexto, diversos Conselheiros ressaltaram que projetos concebidos sob paradigmas anteriores necessitam ser reavaliados à luz das atuais diretrizes ambientais e climáticas.

Durante a apresentação do histórico mais recente do tema, foi destacado que representantes da Sociedade Civil promoveram estudos técnicos preliminares destinados à avaliação de alternativas locacionais e tecnológicas para melhoria da mobilidade na região da Avenida Sena Madureira. Ressaltou-se que tais estudos partiram do entendimento de que intervenções dessa magnitude somente podem ser justificadas após criteriosa comparação entre diferentes soluções possíveis, contemplando não apenas a circulação de veículos motorizados, mas

igualmente os deslocamentos por transporte coletivo, bicicleta e modos ativos de mobilidade, bem como seus reflexos sobre a qualidade ambiental e a ocupação urbana.

Foi enfatizado que um dos principais questionamentos levantados pelo Conselho refere-se justamente à ausência de estudos comparativos suficientemente abrangentes que demonstrem a superioridade técnica da solução proposta em relação a outras alternativas potencialmente menos impactantes e economicamente mais eficientes. Os participantes destacaram que intervenções urbanas de grande porte exigem avaliações integradas, capazes de considerar simultaneamente aspectos ambientais, hidrológicos, climáticos, sociais, paisagísticos, culturais, econômicos e de mobilidade.

Na continuidade da discussão, registrou-se preocupação quanto à localização prevista para a intervenção, considerando tratar-se de região caracterizada pela presença de importantes remanescentes ambientais, áreas de proteção associadas às nascentes, espaços de relevante interesse paisagístico e setores reconhecidos pelo patrimônio urbanístico e cultural da cidade. Ressaltou-se que qualquer intervenção deverá observar rigorosamente os princípios da prevenção, da precaução ambiental e da proteção dos ecossistemas urbanos, especialmente diante do agravamento dos eventos climáticos extremos.

Foi igualmente destacado que os estudos desenvolvidos pela Sociedade Civil identificaram alternativas capazes de produzir ganhos significativos para a mobilidade urbana mediante investimentos substancialmente inferiores aos estimados para a implantação do túnel, contemplando medidas de reorganização viária, qualificação dos sistemas semafóricos, fortalecimento do transporte coletivo, incentivo aos modos ativos de deslocamento e demais soluções integradas de mobilidade sustentável.

Durante os debates, ressaltou-se ainda que os estudos preliminares elaborados identificaram potencial para redução dos impactos ambientais mediante intervenções menos invasivas, capazes de preservar importantes elementos naturais existentes na região, evitando supressões desnecessárias de vegetação, interferências sobre áreas ambientalmente sensíveis e agravamento das condições microclimáticas do território.

Também foi destacado que a discussão transcende os aspectos estritamente relacionados à engenharia de tráfego, envolvendo igualmente questões habitacionais, proteção das comunidades residentes, preservação do patrimônio ambiental, garantia do direito à moradia, conservação das áreas verdes remanescentes e necessidade de compatibilização entre investimentos públicos e os objetivos estabelecidos pelas políticas municipais de adaptação às Mudanças Climáticas.

Diversos Conselheiros manifestaram entendimento de que soluções voltadas exclusivamente à ampliação da capacidade do transporte motorizado individual mostram-se incompatíveis com as atuais diretrizes internacionais de planejamento urbano sustentável, ressaltando que os recursos públicos devem priorizar intervenções capazes de produzir benefícios integrados para toda a população, fortalecendo simultaneamente a Mobilidade Sustentável, a Infraestrutura Verde, a Saúde Pública e a resiliência climática.

Foi igualmente ressaltado que a aplicação de recursos públicos em empreendimentos dessa natureza exige elevado grau de fundamentação técnica, ampla transparência e demonstração inequívoca de que todas as alternativas disponíveis foram devidamente analisadas. Nesse sentido, reiterou-se o entendimento de que estudos comparativos constituem requisito indispensável para subsidiar decisões de grande impacto territorial.

Ao longo das manifestações, diversos participantes enfatizaram que a atual conjuntura climática impõe às administrações públicas a adoção de soluções urbanísticas compatíveis com os desafios impostos pelas Mudanças Climáticas, privilegiando intervenções voltadas ao aumento da permeabilidade do solo, ampliação da arborização, redução das ilhas de calor, proteção dos cursos d'água, incentivo ao transporte coletivo e fortalecimento da infraestrutura

ecológica.

Foi registrado que o CADES-VM continuará acompanhando o desenvolvimento do tema, mantendo diálogo permanente com os órgãos competentes, instituições técnicas, Ministério Público e demais instâncias envolvidas, sempre pautado pelos princípios da sustentabilidade, da participação social e da defesa do interesse público.

Concluídas as discussões da pauta principal, procedeu-se às atualizações dos Grupos de Trabalho.

1.GT Áreas Verdes -Lara Freitas, Elza Kusaka, André Nakao , Carlo Corabi, Adriana Benetti, Sylvia

Foi registrada a continuidade das ações relacionadas ao Corredor Verde e ao Plantio Global 2026, permanecendo em andamento as articulações com a Diretoria Regional de Educação, unidades escolares, organizações parceiras e equipes técnicas da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente para definição das áreas prioritárias e realização das futuras visitas técnicas.

2. GT Sustentabilidade - Lara Freitas e Elisa Rocha, Magda Beretta

Foram apresentadas atualizações referentes ao Plano Local de Ação Climática da Vila Mariana, às tratativas desenvolvidas junto às Secretarias Municipais, às dificuldades relacionadas ao financiamento das atividades e às estratégias adotadas para fortalecimento das capacidades institucionais e comunitárias necessárias à elaboração do Plano.

3. GT Comunicação - Sylvia Mielnik

Foi registrada a continuidade das ações voltadas ao fortalecimento da comunicação institucional do Conselho, incluindo estratégias de divulgação dos mapas temáticos, das atividades do Corredor Verde, do Plantio Global e dos futuros eventos relacionados ao Plano Local de Ação Climática.

4. GT Patrimônio - Atualização – Carlo Corabi, Cintia

Não houve atualização específica durante a presente reunião.

5. GT Saúde – Atualização - Nina Orlow, Silvia Berlink e Maria Helena Sozzi de Godoy, Elza Kusaka

Permaneceu em acompanhamento a situação relacionada à ocorrência de caramujos na Praça do Povo Húngaro, permanecendo a expectativa de adoção das providências cabíveis pelos órgãos competentes.

6. Outros Assuntos:

7. Informes:

PARTICIPANTES PRESENTES:

Poder Público

Subprefeitura VM

Maria Helena Godoy

Tabatha Quedas Queiroz

Secretarias:

Alana Farias (SVMA)

Jacqueline Faita (SVMA)

Representantes CADES VM – Conselheiros da Sociedade Civil

Titulares

Adriana Fortes

Carlo Corabi

Lara Freitas

Sylvia Mielnik

Elza Kusaka

Participantes da Sociedade Civil

Elisa Rocha

Isabel Rebelo

Magda Beretta

Antonio Carlos Martinez Gimenes

Ce!iná Sardao,

Edouard Guerle,

Elaine Cristina,

Fábio Costa

Luciane Muruzaki

Presidente: Oliver Delgado – Subprefeito da Vila Mariana.

Subprefeito Vila Mariana

Encerramento da reunião – Foi encerrada a reunião às 20h00, com agradecimentos pelas presenças. A próxima reunião está agendada para 06 de agosto de às 17h30 – Local: Plataforma online Google Meet.

MARIA HELENA SOZZI DE GODOY
Coordenador(a)
Em 11/08/2026, às 16:08.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://processos.prefeitura.sp.gov.br, informando o código verificador **162868406** e o código CRC **76EF3891**.

Referência: Processo nº 6059.2023/0004879-0 SEI nº 162868406